

D035

Desafios da Socialização de
leigos: dificuldades de regulamentação
Obrigações educação infantil, infância
e educação na zona rural
Automa: Ação Educacional
out. 1998

Desafios da titulação de leigos

Dificuldades de regularização atingem educação infantil, indígena e educação na zona rural

Embora a LDB, aprovada no final de 1996, estabeleça como meta que em 2007 todos os professores tenham nível superior (ainda que abra exceção para a educação infantil e o primeiro segmento do ensino fundamental), 20,8% dos professores responsáveis por educação infantil, alfabetização e turmas de 1.ª a 4.ª série não possuem formação específica para o magistério. Desses “leigos”, 44,5% sequer completaram o ensino fundamental, constituindo assim uma dupla demanda para o poder público: por escola básica e por titulação como professores.

Duas atitudes vêm sendo tomadas para lidar com o fato: promover concursos para admitir apenas profissionais habilitados ou incluir nas políticas de capacitação a habilitação de professores em serviço – nas iniciativas mais ousadas, contemplando a escolaridade básica. Esta segunda estratégia vem sendo desenvolvida onde condições de trabalho difíceis, baixa remuneração e a própria escassez de profissionais habilitados dificulta a concorrência por vagas. Condições em geral presentes na educação rural e, mais especificamente, na educação infantil, indígena e de jovens e adultos (muitas vezes promovida em parceria com entidades comunitárias e movimentos sociais).

Educação infantil e indígena

Na educação infantil há altos índices de professores leigos: 16% na pré-escola e 44% nas creches. Uma das causas é a recente transição no papel destas últimas, consolidada pela LDB, de entidades assistencialistas para promotoras de educação, incluindo nas estatísticas educacionais as antigas “monitoras” de creche. A formação insuficiente tem feito surgirem políticas de habilitação em serviço, como no caso de Belo Horizonte (ver Experiência, nesta edição), que se defrontam com uma realidade de baixos salários, extensa carga horária e desprestígio.

Já na educação indígena, o desafio é criar uma escola que, ao mesmo tempo, permita o acesso à infor-

mação e mantenha a identidade em torno da cultura de origem. Para isso, educadores, índios e consultores uniram-se em torno da educação intercultural e bilíngüe, que demanda a criação de condições especiais (pesquisa, viagens, planejamento com as aldeias etc.). Afinal, no Brasil há 170 línguas indígenas e 206 etnias, a maioria não estudada.

70% dos 2.500 docentes indígenas pertencem à mesma etnia de seus alunos; muitos deles vêm recebendo sua habilitação de magistério em serviço, concomitante à escolarização de 1º e 2º graus. Os professores índios do projeto de formação do Parque do Xingu, promovido pela ONG Instituto Sócio-Ambiental, são exemplo disso: frequentam a escola pela primeira vez e já se preparam para atuar como professores bilíngües. O curso tem 3.660 horas, distribuídas em seis anos, com módulos semestrais compreendendo um mês intensivo e cinco meses de trabalho supervisionado. Os alunos desses professores já terão sua escolaridade (primeiro segmento do ensino fundamental) reconhecida pelo Conselho Estadual de Educação do Mato Grosso.

No entanto tem sido difícil conseguir a regularização da habilitação para o magistério dos professores índios junto aos Conselhos Estaduais, a quem cabe deliberar sobre carga horária, módulos e sazonalidade, mas que desconhecem a especificidade da educação indígena. A maioria dos professores índios acaba por cursar o ensino médio padrão na rede estadual ou o promovido por entidades evangelizadoras – o que, além de exigir o deslocamento do índio, induz à aculturação e não favorece a construção da interculturalidade.

Educação rural

A educação rural é outro setor que enfrenta o problema. Entre os projetos de capacitação e escolarização de educadores rurais, destaca-se o Magistério de Férias, suplência de 2.º grau com habilitação

para o magistério no ensino fundamental de crianças, jovens e adultos. Promovido há oito anos no Rio Grande do Sul pelo MST, já atende à sexta turma, formada por educadores de todo o Brasil. O curso é vinculado ao Iterra, entidade jurídica do MST, por intermédio da Escola de Estudos Supletivos Josué de Castro, em Veranópolis (RS). O currículo é dividido entre o tempo-escola (concentrado nos meses de férias) e o tempo-comunidade (de atuação nos assentamentos e acampamentos como educadores, desenvolvendo um projeto de pesquisa-ação).

Embora já tenha história, o Magistério de Férias do MST também tem enfrentado dificuldades de regularização: pela regulamentação do CEE-RS, os cursos de magistério não podem configurar-se como suplência. Mesmo com a separação entre o núcleo comum e o núcleo específico, surge outro problema da legislação local: a suplência deve ser oferecida em escolas que possuam outras modalidades de ensino, o que exigirá a anexação a outra escola, dificultando a unidade da formação.

EDITORIAL

Sucesso do grupo de estudos de EJA

O grupo de estudos de educação de jovens e adultos estreou com sucesso na 21ª Reunião Anual da Anped (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação), realizada em setembro. Durante os três dias dedicados à apresentação dos quatorze trabalhos selecionados, o público presente variou entre trinta e quarenta participantes.

O professor Sérgio Haddad (da PUC-SP e de *Ação Educativa*) foi reeleito como coordenador do GE por mais um ano.

Os interessados em apresentar trabalhos de EJA na 22ª Reunião da Anped devem estar atentos ao prazo de entrega dos relatos de pesquisas ou experiências a serem avaliados. A data-limite ainda não foi fixada, mas deverá cair em meados de abril do próximo ano. Mais informações na secretaria da Anped, pelos telefones (011) 3675-0085 e 3865-8725, ou pelo e-mail anped@exatas.pucsp.br.

Considerar o aprendizado na prática

Já compararam a legislação educacional brasileira com ondas, que avançam rumo a novos objetivos sem que os anteriores tenham sido alcançados. No campo da habilitação de professores, a imagem sintetiza a realidade de setores importantes do atendimento educacional, notadamente aquele prestado a populações cuja especificidade ou dificuldade de acesso à escola impossibilitam soluções padronizadas.

O esforço de levar a educação formal a índios, posseiros, assentados rurais, bóias-frias e crianças de periferia tem sido assumido pelo poder público – com mais ou menos seriedade, conforme sua orientação política, as pressões da sociedade civil organizada e demandas da legislação e de organismos de fiscalização. A despeito de a nova LDB ser considerada flexível os raros projetos que oferecem titulação em serviço aos educadores geralmente esbarram na tradicional rigidez das deliberações estaduais.

Há outros aspectos perversos envolvidos no debate. Os “leigos” atuam junto a populações específicas, construindo um inédito saber da prática e, por vezes, participando de oficinas, seminários, reuniões e outras modalidades de capacitação com elevada carga

horária. Mas, por falta da habilitação legal, sofrem permanente desqualificação e rebaixamento salarial, sendo chamados de “monitores” ou “estagiários” – barateando a folha de pagamento das parcerias entre o poder público e entidades comunitárias.

No entanto, nas situações em que a legislação veda ou restringe a admissão de professores não-habilitados, desconsidera-se a dificuldade de acesso desses educadores – eles mesmos vítimas da exclusão – ao ensino formal. Dificulta-se a criação de habilitações adaptadas às suas condições de vida e, principalmente, à necessidade de formação em serviço. Seu caráter de “leigos”, por sua vez, não lhes permite exigir plano de carreira; a rotatividade associada aos baixos salários (nem sempre compensados pela motivação política) dificulta a implantação de melhorias como currículo, inovações pedagógicas etc.

Nesse círculo vicioso, a educação de setores específicos permanece precária e precarizada – argumento usado para questionar a validade de investir nesse setor. Órgãos normativos deveriam adaptar as regras para permitir a habilitação em serviço, condição de cidadania e profissionalidade para quem faz educação neste país.

SC amplia trabalho de EJA

1. Para combater a descontinuidade, o isolamento e as dificuldades de alocação de recursos para a educação de jovens e adultos nos municípios catarinenses, representantes das secretarias estadual e municipais de Educação, Undime, Conselho Estadual de Educação, universidades, federações, fundações e voluntários vêm se reunindo no Fórum Permanente de Educação de Jovens e Adultos de SC. A coordenação, até hoje a cargo da Demec, será regulamentada por regimento interno, discutido entre os participantes.

O Fórum promoveu uma sondagem para conhecer melhor as entidades participantes e realizou pesquisa com a secretarias, ONGs, empresas etc. que atuam nos municípios. A pesquisa, que confronta dados sobre analfabetismo à existência e estruturação do atendimento, subsidiará a discussão e o estabelecimento de metas a atingir no próximo ano.

Contatos: Zélia (Demec/SC) tel.: (048) 224-9088.

2. A secretaria estadual de Educação, por intermédio da Diretoria de Ensino Supletivo (Disu) e em parceria com 150 municípios, desenvolve desde março o programa Alfabetização – Mutirão da Cidadania, promovendo a organização de turmas de educação de jovens e adultos em todo o estado. Até agora, o programa atendeu cerca de 20 mil alunos do 1.º segmento do ensino fundamental, possibilitando-lhes a continuidade dos estudos na suplência da rede estadual. O estado entra com a orientação pedagógica e os municípios, com pagamento de professores e material pedagógico.

Santa Catarina foi o único estado a receber o prêmio Educação para a Qualidade do Trabalho de 1998 (veja nota ao lado).

ANOTE

16/11 – Ciclo de Estudos sobre Alfabetização. Proalfa (UERJ): tel. (021) 587-7791; e-mail proalfa@uerj.br.
20 e 21/11 – Encontro O Lúdico na Educação. Centro Cida Romano, São Paulo: (011) 3873-2314 - ramal 23.

21 e 22/11 – 4.º Encontro Estadual de Educação de Pessoas Jovens e Adultas, em Nova Iguaçu (RJ). Informações pelos telefones. (021) 242-9693 (Cedac) ou (021) 220-6264.

Encontro prepara reunião dos países do Mercosul

Realizou-se em Curitiba, nos dias 29 e 30 de outubro, o encontro preparatório à Reunião dos Países do Mercosul sobre a estratégia regional de continuidade da V Conferência Internacional de Educação de Jovens e Adultos (Confintea). O encontro foi promovido pela Unesco, pelo MEC, pelo Consed, pela Undime e pelo CEAAL, com o apoio da Secretaria de Educação do Paraná. O objetivo foi detalhar estratégias de continuidade das propostas firmadas na V Confintea, comprometendo as instâncias presentes com a execução dos objetivos deliberados.

Uma exposição de José Rivero (da Unesco/OREALC), deu início aos trabalhos. Educação e trabalho; educação e jovens; educação rural; educação indígena; alfabetização; cidadania, direitos humanos e participação; desenvolvimento local e sustentável; educação de mulheres e igualdade de gênero – estes foram os temas centrais em debate, em torno dos quais se articularam grupos de trabalho.

Também foi reservado um espaço, no último dia do evento, para a realização de reuniões setoriais entre os vários segmentos sociais envolvidos (secretários estaduais e municipais de Educação, representantes do MEC, ONG's, fundações etc.).

Educação para a Qualidade do Trabalho

O prêmio Educação para a Qualidade do Trabalho de 1998 (promoção do Ministério da Educação, Fundação Odebrecht, Unicef, Unesco e IBEAC), foi entregue aos vencedores das diferentes categorias em 8 de setembro último.

Açominas, Belgo Mineira, Samitri e Hammer (todas de MG) e Copacol (PR) foram as empresas agraciadas por sua atuação na área educacional. As instituições sem fins lucrativos premiadas foram a Apeart (PR), já agraciada no ano passado, o Paja (PB), a Fundação Acesita, a FIEMG e o Centro de Proteção da Vida Assis Chateaubriand (MG). Os prêmios para órgãos públicos foram conferidos às universidades federais da Paraíba e do Rio Grande do Sul, às prefeituras municipais de Curitiba e Teresina, e ao Centro de Educação de Adultos da secretaria estadual de Educação de Santa Catarina.

Suplência profissionalizante para educadoras de creches de BH

Como desenvolver uma proposta de educação infantil em creches se uma parcela significativa das educadoras sequer completou o ensino fundamental? A Prefeitura de Belo Horizonte respondeu a essa questão com um curso de suplência do 2º segmento do ensino fundamental com habilitação para educação infantil. A proposta foi desenvolvida pelas secretarias de Educação e do Desenvolvimento Social junto com a Fundação Carlos Chagas, a Ameppe e o Instituto de Recursos Humanos João Pinheiro.

O trabalho enfrentou vários desafios, como o senso comum de que as creches deviam centrar-se nos cuidados físicos, encarregando apenas uma professora da tarefa educativa – enquanto as crianças permaneciam a maior parte do tempo sob os cuidados de profissionais não-habilitadas e cujo próprio direito à educação fora violado (42% delas não haviam completado a 8.ª série).

A experiência-piloto realizou-se em 1995. Organizado em quatro fases (2.000 horas/aula no total), o conteúdo abrangia o núcleo comum da suplência – mas o currículo privilegiava os temas infância, educação, identidade (especialmente gênero) e famí-

lia – e a parte específica – aulas sobre psicologia do desenvolvimento, movimentos, jogos e recreação, artes e cultura, movimentos sociais, infância, família e sociedade. Os professores foram formados em um curso de 20 horas, a cargo da secretaria de Educação, da Ameppe e do IRHJP. As aulas eram dadas à noite e aos sábados pela manhã.

A suplência possibilitou flexibilidade para adequação da carga horária e dos módulos, já que se tratava de habilitação em serviço. A regularização concedida pelo Conselho Estadual de Educação permitiu a profissionalização, sem excluir a formação que as educadoras já detinham na prática.

Na atual gestão municipal o projeto se mantém, com algumas mudanças: o núcleo comum pode ser cumprido em qualquer escola de ensino supletivo, e a habilitação específica ocorre aos sábados, com um total de 400 horas/aula, em dois anos. A experiência inspirou propostas de capacitação em serviço, conduzidas pela Fundação Carlos Chagas.

Contatos: SME-BH tel. (031) 277-8604; Fundação Carlos Chagas (011) 813-4511.



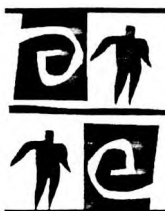
LEIA

Almanaque do Aluá. Sapé / Funarte / CNFCP : Rio de Janeiro. Setembro, 1998. n.º 1. 96p., il. Material de leitura para jovens e adultos em processo de escolarização e fonte de textos para professores, em caprichada edição gráfica. Distribuição gratuita (o solicitante paga apenas as despesas postais). Pedidos: Sapé - R. Evaristo da Veiga, 16 - cj. 1606. Centro - RJ. CEP 20031-040. Tel: (021) 220-4580. Fax (021) 220-1616. E-mail: sape@ax.apc.org.

Repetência Escolar e Políticas Públicas: aprendendo com os alunos. Centro de Cultura Luiz Freire : Olinda, PE. 1998, 260p., il. Pesquisa com 377 alunos da rede pública e privada de Recife e outros municípios de Pernambuco, que contesta a opinião

de que os estudantes das classes populares naturalizam o fracasso escolar. Pedidos: Centro de Cultura Luiz Freire - R. 27 de Janeiro, 181. Carmo - Olinda - PE. CEP 53020-020. Tel.: (081) 429-3444. Fax: (081) 429-4881. E-mail: clf@ax.apc.org.

Escutar: Um ponto de encontro. Cenpec : São Paulo. 1998. Coleção Jovens e Escola Pública. Vol. 1, il. O primeiro de três volumes resultantes da pesquisa "Jovens: subjetividade, saber e socialização", realizada em 1997, com alunos de três escolas paulistas. Este primeiro livro traz os pressupostos da pesquisa e a metodologia de oficinas, em fichas comentadas. Pedidos: Cenpec - Al. Gabriel Monteiro da Silva, 2045. São Paulo - SP. CEP 01441-001. Fax: (011) 3068-9874. E-mail: info@cenpec.org.br.



Brasil: mais de 6 milhões de jovens e adultos analfabetos no campo

A urbanização acelerada deslocou a grande maioria da população para as cidades, mas um em cada cinco brasileiros com mais de 14 anos de idade ainda vive na zona rural. Dos 20 milhões de jovens e adultos que moram no campo, quase 30% não receberam qualquer instrução ou têm menos de um ano de estudo; outros 32% têm, no máximo, três anos de escolaridade. A demanda potencial por educação inicial alcança cerca de 12 milhões de jovens e adultos do meio rural. O problema, mais agudo no Nordeste, está presente em todo o país, como se vê na tabela abaixo.

Iniciativas no meio rural

Apesar disso, as iniciativas de educação de jovens e adultos dirigidas ao campo são ainda pouco numerosas e abrangentes. O Censo Escolar do MEC não discrimina os educandos das zonas rurais e urbanas, impedindo que se tenha uma visão da cobertura escolar realizada por estados e municípios. É provável que as iniciativas mais significativas de educação de jovens e adultos no meio rural sejam as que vêm se desenvolvendo em parceria entre os governos e a sociedade civil, algumas com a participação de universidades, como nos programas Alfabetização Solidária e Educação na Reforma Agrária.

Desde 1996 o Conselho da Comunidade Solidária desenvolve, em parceria com empresas, universidades e municípios, o Programa Alfabetização Solidária que, no segundo semestre de 1997, formou 759 monitores e iniciou a alfabetização de jovens e adultos em 488 classes nas zonas rurais de municípios pobres das regiões Norte e Nordeste do país.

Mais ambicioso, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – Pronera dá os primeiros passos em 1998 e projeta alfabetizar nada menos que cem mil trabalhadores rurais assentados já neste ano. Por ora, os recursos liberados pelo governo federal só permitiram a assinatura de convênios para alfabetização de 7 mil assentados em oito estados do Nordeste, Sudeste e Sul, mas outros nove projetos estão em tramitação. Coordenado pelo Ministério Extraordinário de Política Fundiária, o Pronera é gerido e desenvolvido em parceria por órgãos governamentais (MEPF, INCRA, MEC, MTb), movimentos e organizações sociais (MST, Contag, CPT, CNBB, ABONG) e por universidades, com apoio do Unicef e da Unesco. A alfabetização dos jovens e adultos assentados será concomitante à complementação da escolarização fundamental e capacitação de alfabetizadores das próprias comunidades, em cursos promovidos pelas universidades (UFCE, UFPE, UFSE).

População sem instrução com 15 anos ou mais – Brasil – Regiões – 1996

REGIÕES	POPULAÇÃO		SEM INSTRUÇÃO			
	Total	Rural	Total	%	Rural	%
Norte	6.895.175	2.465.415	1.086.588	15,7	604.553	24,5
Nordeste	28.900.655	9.414.296	6.845.549	23,7	3.607.057	38,3
Centro-Oeste	7.145.433	1.079.302	788.674	11,0	214.997	19,9
Sudeste	48.009.961	4.782.153	4.021.464	8,4	904.771	18,9
Sul	16.583.385	3.705.814	1.275.974	7,7	418.336	11,3
BRASIL	107.534.609	21.446.980	14.018.249	13,0	5.749.714	26,8

UnB, Unesp, UFPR e Unijui compõem a comissão pedagógica). Para cada cem alfabetizandos, serão formados 5 monitores e 1 coordenador local.

O Movimento de Educação de Base (MEB), da Igreja Católica, é uma organização com longa tradição na educação de jovens e adultos nas zonas rurais do Norte e Nordeste. Nos anos recentes, por meio de parceria com outras entidades, o MEB ampliou a abrangência de suas atividades e, em 1997, alcançou mais de 17 mil alfabetizandos, em 907 classes na zona rural de todo o país. Quase no anonimato, outras organizações da sociedade civil promovem educação básica no campo (ver noticiário nas páginas 3 e 4).

MST alfabetiza em 18 estados

Nenhuma ação educativa com jovens e adultos do meio rural, entretanto, tem tanto impacto e visibilidade quanto a do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, o MST.

Constituído no final dos anos 80, o setor de educação do MST atua hoje em cerca de mil escolas públicas rurais de todo o país (95% das quais oferecem apenas as quatro séries iniciais do ensino fundamental) – um universo de 1.800 professores e 40 mil crianças e adolescentes.

Desde 1990 o movimento forma professores dos assentamentos em um curso supletivo de 2º grau magistério, localizado em Braga (RS). Nesse mesmo ano, no Rio Grande do Sul teve início seu projeto de alfabetização de jovens e adultos que, em fins de 1997, beneficiava 8 mil trabalhadores rurais de 22 estados brasileiros. Em 1998, esse atendimento ampliou-se para 14 mil educandos jovens e adultos, mediante a capacitação de 80 coordenadores pedagógicos e 600 monitores de alfabetização. Para fazê-lo, a Associação Nacional de Cooperação Agrícola, vinculada ao MST, assinou convênios e obteve recursos provenientes do orçamento da União, do MEC, do INCRA e da Unesco.

EDITORIAL

Educação rural na agenda de políticas públicas

A imprensa dedicou, em julho, extensas reportagens às atividades educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, oscilando entre a satanização e a idealização do setor de educação do movimento. O tratamento ambíguo do tema e a realização de conferência do MST em Goiás, no final deste mês, instigaram **informação em rede** a abordar a educação de jovens e adultos no meio rural.

As estatísticas sobre o grau de instrução da população adulta no campo, estarrecedoras, nada têm de novo. Novidade, mesmo, são as iniciativas de educação de jovens e adultos no meio rural, que começam a ampliar-se. São indícios auspiciosos de que um assunto até agora ausente da agenda da reforma educacional ganha espaço nas políticas públicas. É de se perguntar a que (ou a quem) se deve esse impulso democratizador.

É pouco provável que a iniciativa tenha partido das autoridades educacionais, para as quais a educação rural é assunto marginal. Pelo noticiário recente, o governo federal avalia que os problemas de acesso

ao ensino fundamental estão, se não resolvidos, ao menos equacionados, e que agora o centro de gravidade das políticas de reforma tende a deslocar-se para o ensino médio e profissionalizante. O programa de governo do candidato à reeleição é prova disso.

A resposta parece residir na força que, com seu estilo audacioso de intervir na cena política, o MST conquistou. Há uma década ele vem se destacando como o movimento social que mais prioriza a questão educativa. Há, pelo menos, duas razões para isso: a formação política de seus membros é requisito para o êxito da organização; conquistada a terra, a escolarização dos filhos é uma necessidade premente das famílias assentadas, e a formação dos agricultores, essencial para a viabilidade econômica das cooperativas.

Seja quem for “o pai da criança”, as iniciativas de parceria entre poder público e movimentos sociais no desenvolvimento de uma política de democratização da educação básica no campo trazem esperança de que a população rural deixe de ser encarada como resíduo estatístico, fadado ao esquecimento.

Em debate, uma escola básica para o campo

A Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, promoção conjunta do MST, Unesco, Unicef, CNBB e UnB, vai se realizar de 27 a 31 de julho, em Luziânia (GO). Precedida por encontros estaduais organizados pelo MST, o encontro discutirá uma política pública de educação básica para o campo que contemple desde a educação infantil até o ensino profissionalizante, passando pelo fundamental e médio.

Para o MST, a escola básica brasileira raramente chega à população rural. E quando o faz, não tem identidade com a cultura camponesa nem compromisso com um projeto de desenvolvimento agrícola sustentado, prestando-se antes a fomentar o êxodo rural que a construir conhecimentos para uma permanência no campo com melhor qualidade de vida.

O MST propõe uma educação básica para o campo com identidade própria, com metodologias e organização escolar que respeitem as dimensões de tempo e espaço peculiares ao meio rural, com conteúdos de ensino pertinentes à cultura camponesa e a um projeto inclusivo de modernização agrícola e desenvolvimento agroindustrial. Para isso, reivindica políticas de financiamento e desenvolvimento da educação rural, e propõe a criação de uma instância para gerir a temática na estrutura organizacional do MEC.

Sesc educará jovens e adultos na Amazônia rural

O Serviço Social do Comércio é uma entidade com tradição em atividades culturais, de lazer, educação infantil e animação sociocultural para a terceira idade nas zonas urbanas.

A nova linha de ação do Departamento Nacional do Sesc dirige-se à educação básica de jovens e adultos moradores da zona rural de municípios amazônicos com altos índices de analfabetismo. Nesses municípios serão instalados 24 mini-centros educativos, compostos de três salas de aula, uma sala de leitura, refeitório e instalações sanitárias. Em cada um deles três professoras e uma orientadora pedagógica irão dedicar-se à alfabetização de jovens e adultos. O projeto pedagógico está ainda em elaboração.

Projeto Seringueiro amplia ação e vira política pública

Criado em 1981, o Projeto Seringueiro já alfabetizou 3 mil jovens e adultos. Agora, além de alfabetizar 400 jovens e adultos, assegura educação de 1.^a a 4.^a séries a 560 crianças e adolescentes nas 37 escolas de associações de seringueiros e sindicatos rurais de sete municípios acreanos. Os 44 educadores do projeto, provenientes das comunidades, são contratados por um convênio com a Secretaria de Educação e orientados pelo Centro de Trabalhadores da Amazônia – Prêmio Itaú/Unicef de educação de 1997, na categoria formação de professores. O líder seringueiro Júlio Barbosa, um dos idealizadores do projeto, é hoje prefeito de Xapuri e quer transformar suas lições em política de educação para as áreas de florestas.

Sul da Bahia: alfabetizadores sem formação ou estímulo

O Coletivo de Alfabetizadores Populares da Região Cacaueira – Caporec, sediado em Itabuna, restringiu as atividades diretas de alfabetização de jovens e adultos nas zonas rurais do sul da Bahia para apenas 57 alunos, matriculados em três turmas: Novo Ilhéus, Coaraci e no aldeamento indígena de Olivença. O Caporec também assessora o projeto de alfabetização do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Camamu, com 14 turmas e 330 educandos adultos. Dos 16 educadores envolvidos no projeto, apenas oito concluíram o 2.^o grau – cinco dos quais em habilitação para o magistério.

A entidade avalia que o principal obstáculo ao êxito da atividade educativa na zona rural é a precária formação dos educadores leigos: a maioria sequer concluiu o ensino fundamental.

As comunidades reivindicam que as prefeituras ofereçam condições para que crianças e adolescentes das zonas rurais estudem nas sedes dos municípios, promovam a formação dos professores e gerem estímulos para que estes atuem nas fazendas e comunidades rurais distantes. A atividade docente é desestimulada pelos baixos salários: em Camamu, por exemplo, as professoras do ensino municipal rural recebem R\$ 80,00 por mês.

Entidade capixaba forma professores e jovens das zonas rurais

Ha 30 anos o Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo – MEPES vem desenvolvendo educação rural por meio da pedagogia de alternância nas *escolas família agrícola*, pelas quais já passaram 18 mil alunos. A metodologia inovadora dessas escolas caracteriza-se pela integração entre educação geral e técnica, e pela alternância entre períodos de ensino escolar e práticas orientadas junto às famílias, cujo objetivo é proporcionar aprendizagem teórico-prática para a formação integral dos jovens do campo, de modo a contribuírem para o desenvolvimento comunitário e sustentado da agricultura familiar.

A educação rural em regime de alternância foi introduzida no Brasil por jesuítas, sob inspiração de experiências europeias de desenvolvimento rural integrado. A metodologia desenvolveu-se em três modelos, com distintas denominações – as *escolas família agrícolas* e *casas familiares rurais*, destinadas a adolescentes e jovens, e as *escolas comunitárias de agricultores*, destinadas a trabalhadores e pequenos proprietários adultos. Presentes em numerosos estados do país, têm maior destaque no Paraná, Bahia e Espírito Santo.

No caso capixaba, o pioneiro foi o jesuíta italiano Pe. Umberto Pietrograndi. Em meados da década de 60, ele introduziu o debate sobre alternativas de educação, saúde, ação social e desenvolvimento agrícola nas comunidades rurais de Rio Grande do Sul, Iconha, Piúma, Anchieta e Alfredo Chaves que, impactadas pela erradicação dos cafezais, não viam outra perspectiva que o êxodo para as cidades.

Dessa iniciativa nasceu o MEPES, que hoje beneficia uma população de quase 8 mil habitantes de 285 comunidades rurais em doze municípios capixabas, nos quais mantém dez escolas de 5.^a a 8.^a séries do ensino fundamental e quatro escolas de ensino médio profissionalizante em técnicas agropecuárias, em que trabalham 88 docentes e estudam 1.638 alunos. O MEPES mantém ainda um Centro de Formação de Professores que, quando solicitado, assessora pedagogicamente as 200 *escolas família agrícola* disseminadas por 22 estados brasileiros, bem como escolas comunitárias e de assentamentos rurais.

Contato: MEPES – R. Costa Pereira, 129 – Caixa Postal 3 – 29230-000 – Anchieta, ES. Fone/fax: (027) 536-1151.



RADAR

Hacia una educación sin exclusiones: nuevos compromisos para la educación de personas adultas en América Latina y Caribe – texto-base para os debates sobre a estratégia regional de continuidade da V Confinte. Como país do Mercosul, o Brasil deve encaminhar contribuições à reunião de Montevideu (em novembro). Cópias com a Unesco ou no Setor de Informação e Documentação de Ação Educativa.

ANOTE

Abertas as inscrições para os cursos da escola de formação da Rede Mulher de Educação. Informações pelo fone (011) 387-32803, pelo fax: (011) 386-27050 ou por e-mail: <rdmulher@novasociedade.com.br>



LEIA

La Piragua – Revista Latinoamericana de Educación y Política enfoca em seu n.º 14 a V Conferência Internacional de Educação de Adultos (Confinte), com artigos de pesquisadores da América Latina e Caribe. Assinatura (US\$ 25): CEAAL – Av. Nuevo León, 238-601, Condesa – 061170 – México, DC. Fax (52-5) 564-0534. E-mail <ceaal@laneta.apc.org>

Manual de Operações do Pronera traz uma descrição do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária e requisitos para apresentação de projetos. Pronera: SCN Qd. 1 Bl. C – Ed. Trade Center, sl. 709/710 – 70710-902 – Brasília, DF – Fones (061) 328-0062/6376/8424 – Fax (061) 328-0061.

Publicação de Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação. Tel: (011) 825-5544 Fax: (011) 3366-1082 Av. Higienópolis, 901 CEP 01238-001 São Paulo-SP Brasil E-mail: acaoeducativ@ax.apc.org